

SEPETIBA: CERCAMENTOS E IMPACTO AMBIENTAL EM ESCALA INDUSTRIAL

Silvio Cesar Alves Rodrigues

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) - scarr2801@gmail.com

Marcelo Bessa de Freitas

Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ) - bessa@ensp.fiocruz.br

Desde os primeiros anos do século XXI, no objetivo de engrossar capitais econômicos, políticos e também sociais, o governo federal investe em diferentes projetos. Elege as Parcerias Público-Privadas (PPPs) aliada preferencial na concepção, viabilização e execução de estratégias e programas. Dentre as inúmeras decisões tomadas pelo Estado, a mais celebrada e contestada é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A iniciativa que canaliza recursos públicos e os distribuí em obras de infraestrutura por todo país a partir de 2007 ancorou, para garantir a instalação e ampliar plantas logístico-portuários e industriais, inclusive nuclear, na Baía de Sepetiba. O ambiente flúviomarinho que banha parte do município do Rio de Janeiro, e toda costa de Itaguaí e Mangaratiba, abriga ecossistemas marinhos e remanescentes de mata atlântica fragilizados por um histórico de degradação.

Para a composição desse cenário contribuiu, entre outros, o acúmulo de aproximadamente três milhões de toneladas de metais pesados (arsênico, cádmio, chumbo, mercúrio) abandonados pela Companhia Mercantil e Industrial Ingá. O empreendimento do ex-senador da República Domício Gondim Barreto, funcionou entre 1959 a 1998, na Ilha da Madeira, bairro do município de Itaguaí (Rodrigues, 2012, p.52), além de processar minérios, produziu a agressão emblemática e de expressiva repercussão nos debates sobre injustiças e conflitos ambientais, notabilizada por potencializar o território como “Zona de Sacrifício”¹. Segundo alguns especialistas, principal argumento para o aparecimento de projetos, com pretensões salvacionistas, objetivando a apropriação do espaço. A Baía ainda acolhe populações tradicionais, espalhadas em comunidades caracterizadas, mormente, por preservar hábitos e empregar técnicas artesanais de baixa escala e impacto como a lavoura, a pesca, a apanha de mariscos e o turismo ecológico. Pessoas, que desde então, foram obrigadas a conviver com efeitos

¹ Expressão cunhada pelo sociólogo Robert Bullard, é utilizada para designar localidades em que se observa a superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais.

das ações nocivas, desprovidas de cuidados com o meio ambiente, causadas pela aquiescência do poder público. E, ao tomarem conhecimento dos desígnios arquitetados na cúpula do poder para a região no século XXI receberam a “novidade” com euforia, mas também com desconfiança. No entanto, em defesa dos interesses públicos e privados, os argumentos - teoricamente amparados numa racionalidade socioambiental - prometendo eliminar o passivo, recuperar as paisagens, fortalecer a saúde e a capacidade de resiliência do ecossistema, logo, alimentaram esperanças de dias melhores.

Porém, tão logo ficou visível o emprego de práticas “requeentadas” - com alto poder de gerar impactos negativos - as contrapartidas previstas nos respectivos EIA e RIMA talvez não compensarem, e os efeitos das modificações se propagarem, as expectativas otimistas se esvaziaram. Esse sentimento, de parte da população local, tão logo as primeiras estacas foram cravadas para acomodar as plantas produtivas e exigirem a supressão da cobertura verde, incluindo manguezais e mata remanescente, se consolidou. Paralelamente teve início a aplicação de mecanismos para controlar o espaço, selecionando e restringindo a circulação de pessoas e embarcações em áreas próximas aos empreendimentos por meio de muros simbólicos e concretos que submetem a Baía de Sepetiba a uma espécie de cercamento.



Figura 1 Muros simbólicos e concretos erigidos pelos empreendimentos.²

Durante a fase de ocupação, o fluxo de navegação foi impedido também nos limites da dragagem para aprofundamento dos canais de acesso, com isso a reprodução de atividades habituais, mesmo contemplativas, foram ainda mais afetadas. Em razão da conjuntura, do gigantismo da empreitada e dos empreendedores concentrarem as tomadas de decisão, as atividades capitalistas intensificadas agenciaram um salto produtivo que induz a geração de impactos negativos em escala industrial.

Cercamentos ou *enclosures* no século XXI

A ideia de “cercamentos” ou “*enclosures*” no século XXI nasceu ao lembrar a reflexão de Karl Marx: “Hegel observa numa das suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de

² Disponível em: Fonte: [<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=792754>]. Acesso em 25 de nov. de 2014.

acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”. (Marx, 2011, p.25). Mesmo sujeitos a crítica do anacronismo, observa-se, não somente personagens, mas também eventos, e, pondera-se: talvez não possua a mesma textura, revista-se de outras perspectivas, encontra-se noutra época e configuração de mundo, no entanto, ao reproduzir agudezas e provocar efeitos análogos, requeitando práticas que lançam efeitos “trans” e “de” formadores, podem ser comparadas?

Posto isso, o movimento dos cercamentos, que culminou na Revolução Industrial, reator de inúmeras consequências à humanidade segundo Hobsbawm (1979), deslocando e substituindo referenciais, catalisando reações na sócio e psicogênese (Elias, 1993). Bem verdade, num ritmo lento e progressivo, sobretudo, se colacionadas à velocidade contemporânea quando o controle do espaço, da técnica e do tempo, e, o caráter político e econômico exclusivista, fundamentalmente determina as formas de vida que o homem impõe a si e se submete na garantia da sobrevivência, a “condição humana” como definiu Hannah Arendt (2007). Concomitantemente, irradia decorrências e interfere nas relações entre indivíduos e paisagem.

Tais experiências, do passado e do presente, em comum aceleraram o circuito produtivo, amplificaram o consumo de matérias primas, de recursos e, sucessivamente a magnitude das ações antrópicas em função da competição por lugares, com objetivo de hibridizá-los e transformá-los em “não lugares”, ou seja, em “instalações necessárias a circulação acelerada de pessoas e bens” (Augé, 2012, p. 36). Enquanto a primeira, deu início - a luz de Thomas Kuhn (1991) - a um paradigma que, em meio a contradições, avanços e retrocessos, foi incapaz de sensibilizar para as implicações do alargamento de escala, mas lentamente trouxe à tona discussões, embora incipientes, sobre a disponibilidade de recursos naturais e humanos. E, a história registra exemplos, de lideranças manifestando preocupações com a precarização das condições ambientais, porém amparados num conjunto de saberes ainda insuficientes para despertar medidas contundentes e remediar os perigos constituídos em progressão aritmética. Somente os claros sinais de esgotamento, mais tarde, ratificaram a fragilidade do modelo carente de prerrogativas ambientais, desta feita em progressão geométrica, evidenciando a possibilidade de exaustão e de ameaças, convertidas em riscos, todavia, não mais que isso.

Mesmo animando discussões, reflexões e preocupações, estimulando respostas e alternativas a questão ambiental ainda não conseguiu atingir o nível de atenção merecido.

Principalmente, por parte da causadora, com a maior percepção e mais suscetível aos efeitos da sua própria ação, a humanidade. Todavia, enquanto o mundo civilizado atingia elevados níveis de sofisticação técnica, na segunda metade do século XX, aprimorava mecanismos políticos-ideológicos e de difusão, num processo evolutivo contrariando os sintomas apresentados e demonstrando a necessidade de repensar padrões e comportamentos - talvez por conta da superestimada sensação de autoridade tecnológica - decidiu-se por um modelo de bem estar baseado na produção e consumo. Tal fato aumentou tanto as disputas por espaços, como a utilização extensiva dos recursos naturais e os custos socioambientais, mais que isso, atingiu níveis escalares insustentáveis, amplificando riscos e ameaças, então “o homem não só se converteu em um perigo para si mesmo, mas também para toda a biosfera” (Jonas, 2006, p. 229).

Essa marcha orientada pela lógica e racionalidade materialista, negligenciando recorrentes conflitos fez reemergir eventos que explicitaram tanto a natureza selvagem reprimida da “civilização”, quanto o poder de destruição alcançado, enquanto alertava para a certeza da finitude, simultaneamente, reivindicava discussões para às incertezas de um futuro. Ainda assim, a temática ambiental, pródiga pela relevância e abrangência, apesar de ecoar em diferentes fóruns, cada dia se mostrar mais urgente, continua secundária nas tomadas de decisão, e, não raramente é taxada como empecilho ao crescimento. Quando na realidade, o preceito ambiental se prontifica ao diagnóstico de aventuras e delírios, atrofia políticas e distrofias econômicas, que possam gerar prejuízos no curto, médio e longo prazo.

Como foi possível observar, durante as pesquisas realizadas na Baía de Sepetiba, são reproduzidos cercamentos e, paralelamente, os espaços, antes públicos ou comuns, são privatizados. Tênuê semelhança com o movimento na Inglaterra de Guilherme de Orange no século XVII, que afirmava a concepção do espaço como bem de produção, modificando as formas de ocupar, utilizar e produzir recursos. Na Baía de Sepetiba, simultaneamente, manifesta-se um processo que faz reverberar efeitos sobre o tecido social, em virtude de afastar formas de conviver no espaço e acessar os meios de subsistência, decisivamente contribuindo na forja das representações apropriadas ao mundo “civilizado” ou neoliberal.

A paisagem, o ambiente e território.

As regiões costeiras, abundantes em ecossistemas diversificados, recebem há muito cidades, portos e atividades econômicas (piscatórias, industriais, logísticas e turísticas), incorporados como categorias na análise da litoralização (Gaspar, 2001, p. 88). Objeto na produção de uma vasta literatura no âmbito da história e do planejamento urbano, envolvendo estudos dos sistemas, das dinâmicas e articulações entre o *hinterland* seus circuitos de navegação e comércio internacional. Essa bibliografia habitualmente detecta as dificuldades, do Estado, em administrar acréscimos com responsabilidade e justiça, por conseguinte, em conservar a paisagem costeira, como defende Dieter Muehe:

Os constantes problemas resultantes das interferências, direta e/ou indireta, no balanço de sedimentos costeiros e do avanço da urbanização sobre algumas áreas que deveriam ser preservadas, mostram que ainda é longo o percurso entre a intenção e a realização por parte do poder público e de instâncias superiores. (Muehe, 2005, p. 253).

Tal inferência à inépcia do poder público “... para internalizar os custos ecológicos e amalgamar as políticas econômicas e ambientais” (Leff, 2002, p.268), conecta-se ao que o próprio Enrique Leff (ibidem, p.282) designou “economização do mundo”, na Baía de Sepetiba do território e da vida social. Na tentativa de compreender esse processo, se faz necessário examinar critérios, identificar parâmetros adotados a respeito da sustentabilidade e os compromissos assumidos com a boa condição ambiental. Essa última, abrolhada da reunião de alguns elementos fundantes e fundadores como ambiente, paisagem e território.

Nesse arranjo analítico, ambiente corresponde a "um jogo de interações complexas entre o meio físico, os elementos vivos e as práticas produtivas da sociedade. A importância desses elementos está diretamente ligada à cultura, à classe social e as atividades de cada indivíduo" (Grinover, 1989, p.25). Entre uma diversidade de olhares, “... a paisagem corresponde a um organismo complexo, feito pela associação específica de formas e apreendido pela análise morfológica... se trata de uma interdependência entre esses diversos constituintes...” (*apud* Corrêa, 1998, p.13), na perspectiva de Carl Sauer (1925). E, território, sob o olhar astuto de Milton Santos:

... não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do

trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 2002, p. 10).

Sendo assim, as decisões do Estado moldadas à ética e estética capitalista visando atender, prioritariamente, as aspirações do crescimento econômico, além de aumentar competitividades, ao se apropriar, cercar e exigir alterações nos espaços territorializados, portanto dotados da energia ou ressonância humana, sequestram protagonismos, potencializam impactos e riscos ameaçando a qualidade ambiental, bem como as formas de vida reproduzidas nestas áreas de compreensão. Em outras palavras, quando aquilo percebido como atributo do bem comum - legitimado pelo instituto da lei - se impõe a hábitos e práticas territorializadas, exigindo uma nova forma de ser e estar no mundo, encaminhando uma espécie de processo civilizatório, canhestro, no qual analogamente se projetam espécies de *enclosures* em pleno século XXI. Destarte, analisar o momento da Baía de Sepetiba, significa reconhecer a preocupação com os processos construtivos, valorizar o caráter interacional do homem com o ambiente, e incluir a “natureza” como objeto resultante de processos engendrados pelo homem e pela evolução natural da área, ou seja, da paisagem (Worster, 1991, p. 212).

A Baía de Sepetiba

Ocupar as zonas costeiras é um acontecimento que se repete há milhares de anos e na Baía de Sepetiba o processo não contraria essa lógica. O assentamento de pessoas se liga à pré-história, como atesta a presença de sambaquis, até a entrada de populações que atravessaram o oceano em expedições expansionistas. Ele reúne elementos das primeiras incursões, quando nativos circulavam pelo litoral brasileiro, absorvendo influências do período colonial e imperial. Assim, tanto a Baía como a população aglutinou heranças culturais e práticas laborais originárias dos estabelecidos e daqueles que adentraram o domínio, dando consistência às colunas da formação. Tal síntese étnica passou por sucessivas variações, agregando materiais dos tupis-guaranis - que nomearam a região por Marambaia ou “Mbara-mbai”, na língua nativa “cerco do mar” - aos de povos ibéricos, africanos escravizados, e, possivelmente franceses, liderados por Duclerc, que ancoraram nas freguesias em 1710.

A penetração e fixação no espaço, desde aquela época, tinha relação direta com os interesses econômicos, ou “comerciais”, mais tarde responderam a esforços para encontrar

alternativas a presença da corte portuguesa, e depois da independência, da casa imperial brasileira. Entre os séculos XVII e XVIII a Baía de Sepetiba assumiu a função de ponto estratégico. Segundo Fridman e Ferreira (1996) por lá passava o minério extraído das Minas Gerais, que vencia o caminho de Paraty e se destinava a Lisboa. Paralelamente tornou-se palco de batalhas entre corsários e soldados de D. João VI, na disputa pelo ouro e outras riquezas como o pau-brasil. Além do sangue derramado, essa história é preenchida por páginas impregnadas de outras “máculas”. As atividades produtivas, antes do mecanicismo, implicavam na utilização intensiva de mão de obra, e, os controladores dos empreendimentos empenhados em obter resultados, seguiam a primitiva receita de reificar vidas, transformando-as em mercadoria, consecutivamente, a baía em transbordo do comércio escravista.

A partir daí, outras utilizações foram destinadas ao espaço, gradativamente catalisando pertencimentos e territorialidades. No intuito de perscrutar tais porosidades, é preciso investigar de que forma naturezas, vidas e liberdades, em função da produção de riquezas financeiras previstas para atravessar a Baía de Sepetiba, foram e são percebidas. A partir do novo projeto econômico, que ocupa e cerca os seus domínios, modelando a reconfiguração e refuncionalização, quais efeitos práticos são percebidos, absorvidos e compreendidos.

Acendendo as luzes

A atenção para a Baía de Sepetiba foi despertada ao tomar conhecimento dos primeiros desconfortos produzidos naquele lugar, escolhido para alocar plantas logísticas portuárias e industriais, acuradas pelo citado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O acidente geográfico, engastado numa bacia hidrográfica que abrange os municípios de Itaguaí, Seropédica, Mangaratiba, Queimados, Japeri e Paracambi, totalmente inseridos na bacia, e, Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Paulo de Frontin, Miguel Pereira, Mendes, Piraí e Rio Claro parcialmente. Por concentrar paisagens recortadas entre ilhas, praias, costões, remanescentes de mata atlântica, e atividades tradicionais como a pesca e agricultura de subsistência, em 2010 foi classificado como área de "prioridade extremamente alta" para a conservação da biodiversidade nos seus mangues e zonas estuarinas, pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável da Baía de Sepetiba (PDS Sepetiba)

³. No entanto, cerca de R\$40 bilhões em investimentos públicos e privados destinaram-se a instalações que ameaçam essa condição, principalmente nos municípios de Itaguaí e Mangaratiba que experimentam índices de crescimento significativos devido à instalação de empreendimentos: indústrias (Novartis, CSN, USIMINAS, Gerdau, ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica Atlântico, Prosub-Ebn, Vale e Petrobrás); e, portuários (expansão dos terminais de minério de ferro da Vale/VALESUL, de carvão da Companhia Siderúrgica Nacional, terminal portuário para grãos, e o Porto Sudeste, atual PortCo⁴). Financiados por fundos públicos do PAC e do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), ainda privados.

Porém a Baía de Sepetiba conheceu a experiência do crescimento agressivo, atravessando os governos militares, desde as décadas de 1960. Quando, com a finalidade de fomentar o crescimento do parque industrial brasileiro - em um contexto internacional favorável às exportações de produtos primários e secundários - o Estado investiu pesadamente nos grandes projetos nacionais. Na década de 1970, essa conjuntura, segundo Barbosa (2004), levou os pescadores dos municípios de Itaguaí e Mangaratiba enfrentarem a transição da agricultura e pesca de subsistência para a artesanal típica, modificação distante das atuais. Principalmente pelo fato das pessoas continuarem exercer a atividade considerada um fator nato, como um legado deixado pelos antepassados, e o tipo de pesca e lavoura praticadas conservarem conhecimentos ancestrais e da cultura indígena na superação dos obstáculos.

Nutridos por tal sentimento - em defesa da preservação de seus direitos e reivindicando apenas seus lugares na Baía de Sepetiba - a implantação dos parques fabris desde cedo suscitaram reações. Ao perceberem ameaças em vias de se consolidar, aumentando o risco de serem afastados do território pela pressão de atividades exógenas, em 1959 os moradores/pescadores daquele lugar de aparelhamento pré-capitalista, fundaram a Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira, a APLIM, considerada a mais antiga da classe no Brasil. Isso ocorreu tão logo os “madeiranos” vivenciaram com a chegada da Companhia Mercantil e Industrial Ingá a expulsão das famílias de áreas tradicionais “como Castelo, Engenho, Areal, Coração, Prainha e Guaiá”. (Rodrigues, 2012, p. 45).

³ Projeto contratado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a Campanha Brasileira de Projetos e Empreendimentos (COBRAPE) para sua elaboração sob a coordenação do governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Ambiente (SEA).

⁴ Consórcio formado pela Impala, subsidiária da trading holandesa Trafigura, e por Mubadala, empresa de investimentos e desenvolvimento de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Empresas que adquiriram 65% do Porto Sudeste, agora denominado PortCo por U\$400 milhões e assumiu R\$1,3 bilhões de dívidas em outubro de 2013 da MMX, compra concluída em janeiro de 2014.

Além de inaugurar as disputas por espaços e defesa de moradias no cenário, essa intervenção representa um marco na degradação e contaminação ambiental de ecossistemas litorâneos brasileiros. Como defendido em “A Ilha da Madeira que vira carvão: o processo de apropriação de um território na Baía de Sepetiba” (Ibidem, 2012), a contaminação por metais pesados, inicia o princípio do fim na baía. Desse evento, abrolha a rotina de perseguições, resistências e tensões, endossando a permissividade, facilitação e viabilização de experiências e transformações. Sobretudo, por insurgir a compreensão, medida apenas sob o calibre econômico, da área como invalidada e própria a injustiças ambientais. Essa dinâmica materializou danos irreversíveis a paisagem e a qualidade ambiental, por conseguinte a quantidade e integridade do pescado encontrado na Baía de Sepetiba. Depois de o espaço ser classificado como passível de recuperação, a expansão logística portuária e industrial credenciou-se a receber licenças para modificar gradativa e substancialmente os modos de vida.

Impressões e olhares sobre o lugar

Durante os trabalhos de campo, realizados entre 2008 e 2012, mantiveram-se intensos contatos com pescadores das Colônias de pesca (Z-14, Z-15 e Z-16) e das Associações localizadas na Baía de Sepetiba. Esse estreitamento aproximou “significados, sistemas simbólicos e de classificação, códigos, práticas, valores, atitudes, ideias e sentimentos” (Dauster, 1999, p. 2), por meio da aplicação de questionários e desenvolvimento de grupos focais, permitindo reconhecer alguns aspectos que aguardavam comprovação. O acostamento às premissas incutidas na análise do pesquisador, somados a conhecimentos sobre o espaço e olhar de pescadores/moradores além de ajudar na construção da relação acadêmico científico e empírica, mostrou-se fundamental para reforçar vínculos de confiança e de reconhecimento.

Com tempo e observação, a partir daquele lugar, experimentaram-se trocas sendo apesadas expectativas, demandas, medos, esperanças e incertezas do grupo social. Formado por pessoas que, embora fixadas em diferentes bairros, ilhas e municípios, partilham das mesmas práticas laborais e culturais, identificando-se numa mesma construção do indivíduo. Nesse período, a participação coletiva e o empréstimo de solidariedades foram imprescindíveis à realização do trabalho. Equacionando a força do contato e da cooperação, foi possível atinar para

elementos de coesão fundamentais e detectar limitações, fragilidades e dificuldades operacionais nas Colônias e Associações.

Estas, mesmo encorajadas a assumir o protagonismo na representação da classe, funcionam como seres autônomos, esbarrando na falta de reconhecimento e de habilidades para elaborar em conjunto propostas capazes de catalisar o esforço numa causa comum, tendo debilitado o poder de interferir nos processos. E, por não conseguir sensibilizar os pares, moradores/pescadores se distanciam da constituição de redes solidárias, como pode ser verificado neste depoimento:

As nossas relações são assim sempre buscando experiência um com os outros né, mas a colônia que era pra representar, o rapaz é gente boa, falta assim, como é que se diz, o intuito dele de tomar uma posição do objetivo: “Nós, temos que trabalhar em conjunto” e as vezes tem alguns órgãos da associação... Eu me dou muito bem com a colônia né, com o presidente da colônia, mas têm outros que ele não se dá. Então quando se forma o grupo vai ter algumas discussões né, aí as vezes não concordam com o que está acontecendo, existe sempre um... (Pescador 10)

Outra evidência apurada é o recrudescimento de incertezas quanto à manutenção na qualidade do meio ambiente, e da continuidade das atividades tradicionais, por conta de toda sorte de ameaças consignadas às, metaforicamente, “comunidades bentônicas”⁵ em função do possível aparecimento de “espécies invasoras” e competitivas, com a intensificação do tráfego de embarcações de diferentes bandeiras.

Também, são assinalados aumentos de dificuldades para desempenhar as atividades tradicionais, enquanto acentuam-se problemas relacionados à saúde dos trabalhadores da pesca. As incidências mais comuns, levantadas no estudo “Impactos de grandes empreendimentos projetados para a região da Baía de Sepetiba nas condições de vida e situação de saúde dos trabalhadores da pesca das Colônias de Pedra de Guaratiba (Z-14), Sepetiba (Z-15) e Itacuruçá (Z16)” em 2013, são as ferroadas causadas por peixe, seguidas dos problemas de coluna, pele e olhos, devido ao alargamento na jornada de trabalho e exposição à radiação solar, até os acidentes

⁵ Originalmente como destaca a biologia, bênticos ou bentônicos refere-se aos animais que vivem associados ao sedimento, quer marinho ou das águas interiores, mas nesse caso nos reportamos inclusive, a todas as possibilidades de interferência e invasão sobre o espaço marinho físico e social.

provocados pelo trânsito de embarcações de maior porte. Impacto diagnosticado na página três da proposta de criação da Área de Proteção Ambiental Estadual Marinha da Baía da Ilha Grande⁶:

O constante tráfego marítimo devido à presença de elementos logísticos estratégicos no local, e à circulação de grande número de embarcações de diferentes portes pela Baía da Ilha Grande e a Baía de Sepetiba, gera impactos ao ecossistema marinho local. A presença de áreas de fundeio, onde navios aguardam a entrada nos portos de Angra, de Itaguaí, no Estaleiro ou Terminal Marítimo da Baía da Ilha Grande, é outro fator gerador de impactos, devido a problemas associados à água de lastro e outras formas inserção de espécies invasoras, perda de qualidade paisagística, entre outros.

Distanciada da compreensão acima, a Baía de Sepetiba passa por um processo de refuncionalização abrupta, assistida pela reconfiguração carregada de sinais da degradação de suas águas e paisagens, cada dia mais comprometidas, pela intensificação dos fluxos, sejam de máquinas, navios e dragas, na corrida pela apropriação do espaço. A baía sofre o esmaecimento progressivo de seus potenciais mais representativos e não precificáveis, deixando de ser um lugar de lazer, da contemplação, da pesca artesanal, da baixa escala e impacto, e reprodução das vidas. Consolidando um processo diametralmente oposto ao plasmado nos órgãos públicos em outros tempos:

Juntamente com suas áreas de mangue e zonas estuarinas, constitui criadouro natural para as diversas espécies de moluscos, crustáceos e peixes existentes neste ambiente, sendo a atividade pesqueira importante suporte econômico e social para a região, que possui, ainda, indiscutível vocação natural de centro turístico. (SEMADS/FEEMA/GTZ, 1998).

Arquitetura das grades

Associado aos impactos e desequilíbrios, o de maior prejuízo às territorialidades e a condição humana talvez seja a construção da “Arquitetura das grades”. Essa limitação, ou cercamento do espaço legitimada pela criação de áreas de exclusão, além de impedir a livre circulação de pessoas e embarcações tradicionais inibe as práticas artesanais suscitando tal desabafo: “o pescador qualquer dia vai estar pescando encima do morro, não tem mais lugar...

⁶ Disponível em: [http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/apa/PropostaCriacao_APAEstadualMarinhaBIG.pdf]. Acesso em 28 de nov. de 2014.

então quer dizer, precisa dessa área pra poder pescar entendeu, pra sobreviver, infelizmente nem todos tem nem essas embarcações a motor” (Pescador 7).

Nesse cenário, a projeção de quadros alinhados ética e esteticamente ao capitalismo global tem trazido dificuldades a subsistência. Se as cercas, simbólicas e concretas, impedem acesso a alguns pesqueiros na baía e sua qualidade definha, os resultados da pesca são incapazes de atender o consumo familiar e ainda gerar excedente a comercialização. Para alcançar uma produtividade minimamente satisfatória os pescadores, com acesso a barcos a motor, se aventuram no mar aberto, em águas mais distantes e profundas, aumentando riscos e custos.

Inevitável e conseqüentemente explicita-se o poder do projeto político e econômico vigente, em montar quadros de pauperização. As populações destituídas dos recursos na garantia de necessidades básicas, desassistidas pelo encolhimento do papel do Estado, mais facilmente podem ser submetidas à exploração. Grosso modo, a aplicação de tais mecanismos significa um ato ordinário contra a liberdade, representa uma ordenação ou determinação autoritária e hierarquizada no controle e restrição do trabalho, estimulando a produção de cenas onde figuram o enfraquecimento e a descontinuação das alternativas que não se enquadram no modelo gerencial erigido pelo Estado. Além disso, fomenta a reprodução de espaços excludentes, consolidados pela improvisação e carência, o *locus* que privilegia a quantidade, mesmo mínima, em detrimento a qualidade.

A montagem desse quadro, ligado a leniência de um Estado que subsidia subtração da fauna, da flora residual e a terra manguezais, intensifica sua emergência econômica e a sede de transformação fundamentada no processo de readequação, operando desajustes nos tradicionais arranjos sociais, econômicos e culturais. Esse cercamento, além de impedir as atividades habituais, pode inclusive levar a dispersão dos indivíduos, arrefecer vínculos de solidariedade e signos de pertencimento, permitindo a dissolução das comunidades.

Noutra perspectiva, ainda mais pessimista, ao reduzir a presença de atividades tradicionais pela edificação de muros simbólicos e concretos, e incentivar usos seletivos na baía, onde os estoques de pescado diminuem progressivamente - inclusive impedidos de reprodução em decorrência da exaustão do ecossistema suporte - o tecido social se esgarça e pode dar origem a uma espécie de indigência. Teias ao esvanecimento social com adoção de comportamentos impostos por uma força coercitiva capaz de destruir os que não se submetem, dando origem a “heurística do medo ou do temor” (Jonas, 2006), ou seja, a tomada de consciência do perigo, do risco, do mal que adviria do uso perigoso do poder da técnica.

Como a ameaça ambiental geralmente é imperceptível ou, pelo menos, de difícil acesso, a heurística poderia contribuir para revelar a real possibilidade do perigo e serviria de convocação, para evitar o que viemos a denominar: Heurística da Fome. É neste sentido, que o “remédio” do crescimento econômico, proclamado pelo Estado, tem o poder de matar.

Considerações finais

Compreender o processo em curso na Baía de Sepetiba obriga a pensar conexões históricas e envolvem elementos materiais e simbólicos. Implica no exame das complexas relações humanas entre indivíduos e destes com o ambiente, objetivada prioritariamente na obtenção de recursos para subsistência (baixa escala - sustentável - respeito à resiliência) e subjetivada quando da convivência e produção recíproca de significados e significantes “do” e “no” espaço social “construído artesanalmente”. Que, segundo Milton Santos (1987), deriva de um conjunto de formas representativas das relações, ou mesmo conforma a estrutura representada por relações sociais manifestadas por processos e funções.

Faz-se necessário lembrar que na Baía de Sepetiba se desenvolveram práticas, hábitos e identidades, consubstanciando um arranjo espacial adjetivado/substantivado como instância onde flutuam e se articulam homens, tecnologias e estrutura. E dessas interações surgiu um sistema composto pela conjunção das dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais, incluindo atores internos e externos. Os novos empreendimentos que se instalam no território, ferem e inviabilizam a permanência das atividades tradicionais de pesca e turismo, e por força da pressão que exercem ameaça remover moradores/pescadores e projetar no cenário à degradação socioambiental. Tememos que sejam subtraídas do território, em via de desestabilização e reprodução de prejuízos irreversíveis, as tradições econômicas e culturais e, seus moradores acabem por engrossar estatísticas em quadros de miserabilidade, compostos pelas massas de excluídos e desassistidos. Durante a participação em dois projetos de pesquisa que tiveram como objeto os impactos em virtude das transformações na Baía de Sepetiba, observamos a emergência de problemas relacionados ao que Henri Acselrad assim definiu:

... pela maior liberdade de movimento e deslocalização dos capitais, queda do custo de relocalização e incremento do poder de exercício da chantagem locacional pelos capitais, que podem usar a carência de empregos e de receitas

públicas como condição de força para impor práticas poluentes e regressão dos direitos sociais. (Acselrad, 2010, p.110)

Paralelamente, a insurgência de estratégias e retóricas na tentativa de consignar a Baía de Sepetiba, que se valem dos expedientes de esvaziamento da participação, para enfraquecer resistências e desqualificar, sobretudo, as comunidades. Falamos das tentativas de apropriação, por meio de um jogo com movimentos regressivos e progressivos protagonizados pelos prefixos ‘DES’ e ‘RE’. Delineados pela desconstrução, desfuncionalização, desestruturação e desterritorialização, de paisagens e símbolos, de atividades, de meio suporte e de pessoas, para afirmar a reconstrução, refuncionalização, reestruturação e a reterritorialização obedientes aos interesses financeiros e políticos das PPPs.

A hipótese ventilada de “*enclosure*” ou “cercamento” no século XXI, na “receita” contemporânea não se aplica somente em afastar pessoas de seus meios de subsistência com objetivo de expandir reservas de mão de obra e a dependência a uma forma de produção, mas também pelas dificuldades em assimilar forças de trabalho, implica na provável “desproletarização”. Uma situação sugerindo o desamparo e a indignação, que mais bem expressa e define as razões para dedicar a Baía de Sepetiba nossas pesquisas.

Por isso pretende-se alertar: investigar as alterações em qualquer ambiente está condicionado à observação das ações antrópicas, e à subordinação do ambiente aos padrões de uso e ocupação, conseqüentemente à “procura e acesso aos serviços e valores ambientais” (Andrade *et al* 2009, p. 432). Se os *enclosures* conduziram a revolução industrial, de forma gradual e processual seguindo por sua ingenuidade específica, suas qualidades, seus dons e suas curiosidades ao sabor da história. Os *enclosures* no século XXI seguem apenas a velocidade desse tempo, e parece não ter tempo para ler direito a História, por isso pode produzir impactos negativos em escala muito além da industrial.

Referências Bibliográficas

Acsehrad, Henri. 2010. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados*, v. 24, n. 68, p.103-119.

Andrade, F.; Cabral, H.; Borges, M. F. 2009. Ambientes costeiros. In: Pereira, H. M., Domingos, T., Vicente, L. and Proença, V. (eds.), *Ecosystemas e Bem-Estar Humano: Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*. Escolar Editora, Lisboa, Portugal, pp.413-435.

Arendt, Hannah. 2007. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

AUGÉ, Marc. 2012. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papyrus.

Barbosa, S. R. C. S. 2004. Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ. *Ambiente e Sociedade*, vol 7, n. 1, pp. 107-131.

Cohen, S. C.; Bodstein, R.; Kligman, D. C.; Marcondes, W. B. 2007. Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde. Rio de Janeiro: *Ciência & Saúde Coletiva*, vol.12, núm. 1, pp.191-198.

Dauster, T. 1999. A Fabricação de livros infanto-juvenis e os usos escolares: o olhar de editores. *Revista Educação/PUC-Rio*, n. 49, p. 1-18.

Elias, N. 1993. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Fridman, Fania; Ferreira, Mario Sergio Natal. 1996. Cidade flutuante: os portos do Rio de Janeiro colonial. In: *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, 4º, Rio de Janeiro. Artigo técnico, p. 515-530.

Gaspar, Jorge. 2001. O retorno da Paisagem à Geografia: apontamentos místicos. *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, v XXXVI, nº 72, p. 83-99.

Grinover, L. 1989. O planejamento físico-territorial e a dimensão ambiental. *Cadernos FUNDAP*, São Paulo: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, v.9, n.16, junho, pp.25-32.

Hobsbawn, E. 1979. *As origens da Revolução Industrial*. São Paulo: Global.

Jonas, Hans. 2006. *O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC.

Kuhn, Thomas. S. 1991. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

Leff, Enrique. 2002. A geopolítica da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável: economização do mundo, racionalidade ambiental e reapropriação social da natureza mundial. IN: CECENÃ, Emir Sader (org.). *A guerra infinita: hegemonia e terror mundial*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO.

Marx, Karl, 1818-1883. 2001. *18 de brumário de Luís Bonaparte*; [tradução e notas Nélio Schneider ; prólogo Herbert Marcuse]. - São Paulo: Boitempo.

Muehe, D. 2005. Geomorfologia Costeira. In: Guerra, A. J. T.; Cunha, S. B. (Orgs.). *Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 253-308.

Oiveira, Livia de; Machado, Lucy Marion Calderini Philadepho. 1998. 3º Encontro Interdisciplinar sobre o estudo da paisagem. *Cadernos Paisagem/ Paisagens*. Rio Claro: UNESP. v.1. 154 p.

Rodrigues, Silvio Cesar Alves. 2012. *A Ilha da Madeira que vira carvão: o processo de apropriação de um território na baía de Sepetiba*. Dissertação de Mestrado em Planejamento

Urbano e Regional. Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 213p.

Sá, Paulo. G. S. 1999. *Contaminação do ambiente marinho por metais pesados e suas implicações sobre comunidades de pescadores artesanais*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, FIOCRUZ, 217p.

Santos, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. Território e dinheiro. In: *Território territórios*. Niterói: programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo - UFF/AGB, 2002, p. 9 a 15.

Sauer, C. O. 1998. A morfologia da paisagem. 1925. In: Rosendahl, Z.; Corrêa, Roberto Lobato. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p.12 - 74.

SEMADS/RJ – Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. 1998. Macroplano de Saneamento e Gestão Ambiental da Bacia da Baía de Sepetiba. Consórcio ETEP/ ECOLOGUS/ SM GROUP, RJ.

WORSTER, Donald. 1991. Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.4, n.8, p.198-215.